

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Cajamar Sub-região Norte

Data: 31 de maio de 2016

Local: Câmara Municipal

Rua: Av. Prof. Walter Ribas de Andrade, 555

Horário: 18h

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes presentes

Institucionais

Prefeituras Municipais

Paula Ribas – Prefeita de Cajamar

Francisco Daniel Celeguim de Moraes – Prefeito de Franco da Rocha

Jaderson Spina – Secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e representante do prefeito de Santana de Parnaíba.

Bonfilio Alves – Representando o prefeito de Caieiras.

Superintendente de Habitação de Cajamar – Álvaro Melo

Isis Bueno – Representante do prefeito de Mairiporã, Márcio Pampuri, e representante da Sub-região Norte na Câmara Técnica do PDUI.

Câmara Municipal

Israel Macedo Brandão – Vice-presidente da Câmara Municipal de Cajamar.

Emplasa

Fernando Barrancos Chucre

Maria Lúcia Camargo

Luiz Carlos de Souza

Álvaro Melo – Representante municipal do PDUI

Sociedade civil – Consultar lista de presença

Abertura

O município de Cajamar sediou, na noite da terça-feira, 31 de maio de 2016, mais uma audiência municipal de mobilização dentro do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (PDUI-RMSP) na Sub-região Norte. Essas reuniões têm como principal objetivo informar os cidadãos sobre o desenvolvimento do Plano, como participar das discussões e formular propostas que atendam às reais necessidades da RMSP.

O encontro aconteceu na Câmara Municipal e contou com a presença da prefeita de Cajamar, Paula Ribas, do prefeito de Franco da Rocha e representante do Consórcio Intermunicipal dos Municípios da Bacia do Juqueri (Cimbaju), Kiko Celeguim, de Isis Bueno, representando o prefeito de Mairiporã, Márcio Pampuri, do vice-presidente da Câmara Municipal de Cajamar, Israel Macedo Brandão, do secretário de Planejamento Urbano e Meio Ambiente e representante do prefeito de Santana de Parnaíba, Jaderson Spina, de Bonfilio Alves, representando o prefeito de Caieiras, Roberto Hamamoto, e de Álvaro Melo, representante municipal do PDUI.

O prefeito de Franco da Rocha, Kiko Celeguim, fez uma breve explanação sobre a importância do Plano, seguido da prefeita de Cajamar, Paula Ribas, que agradeceu a presença da sociedade civil e das autoridades. Kiko falou da relevância do governo no Plano. "É fundamental o papel do Governo do Estado em todo esse processo. Temos muitos planos para a região, mas é preciso que conste no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, para que nas próximas décadas haja progresso local."

Para terminar, reforçou-se que oficinas de trabalho e audiências regionais serão marcadas ao longo deste ano, para que se chegue ao último trimestre com propostas claras e pactuadas por todos, a fim de que se proponha à Assembleia Legislativa paulista um Projeto de Lei realmente consistente e representativo dos anseios da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Apresentação da Emplasa

Discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI".**

Os trabalhos foram abertos por Álvaro Melo, que, na sequência, passou a palavra para a assessora técnica da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa), **Maria Lúcia Camargo**. Inicialmente, foi exibido o filme institucional do PDUI-RMSP, disponível na plataforma digital do Plano (www.pdui.sp.gov.br).

José Roberto Santos, especialista em Gestão de Planejamento na Geobrasilis, apresentou o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico na Baixada

Santista. “O grande desafio é pensar em algo que maximize o resultado e minimize o impacto”, explicou.

Entre os temas abordados, os destaques foram transporte, empregabilidade e cuidados com o meio ambiente.

Debate:

Finalizadas as apresentações, o coordenador da audiência de mobilização dá início às perguntas.

Marcel, representante da sociedade civil, parabeniza o trabalho que está sendo feito pela Emplasa e direciona duas questões para Maria Lucia. A primeira diz respeito ao conceito de desenvolvimento orientado ao transporte sustentável, modelo utilizado no Plano Diretor de São Paulo, e pergunta se este conceito será/foi incorporado ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, o PDUI. A segunda questão é sobre o nível de adequação dos planos diretores ao PDUI e se existem eventuais penas de responsabilidade administrativa. A terceira, direcionada a José Roberto dos Santos, diz respeito a como tem sido o processo de adequação ao PDUI na Baixada [Santista].

Maria Lucia agradece as perguntas e inicia suas observações pela segunda questão colocada por Marcel. Diz que o PDUI tem um enfoque no território e que, por isso, uma das tarefas é elaborar o macrozoneamento da RMSP. A partir daí, a ideia é elaborar zonas de interesse metropolitano, que serão discutidas junto com as regiões e municípios. A proposta é ser, de fato, um plano feito conjuntamente. Exemplifica dizendo que, nos planos diretores, ao se definirem as zonas de interesse metropolitano, são delineados programas transversais de políticas metropolitanas que cubram dois, três ou quatro municípios. As atribuições, sejam elas nas áreas de transporte, habitação, desenvolvimento econômico, meio ambiente, saneamento, e os planos que forem acordados para essa zona de interesse, sim, as prefeituras terão que orientar as ações para adequar ao que tenha sido acertado conjuntamente pelas prefeituras, pelo Governo do Estado para aquela região. Ressalta, ainda, que a característica do plano é funcional, por território, e não regulador. Não vai regular o uso do solo, reforça.

Quanto à primeira questão, o transporte orientado, o TOD, Maria Lucia responde que os GTs, inclusive com a participação dos setoriais do transporte do Governo do Estado, estão trabalhando na questão do macrozoneamento com a rede de 2030 da Secretaria de Transportes Metropolitanos. Disse que os trabalhos estão direcionados a buscar a centralidade a partir de diversas variáveis, algumas da Pesquisa OD (Origem e Destino). A ideia é direcionar o planejamento para atender as lacunas da rede de transportes, como, por exemplo, a falta de ligações perimetrais fundamentais em determinadas sub-regiões. Enfatiza que está na hora de se colocar o planejamento no centro das políticas públicas, de pensar a região como um todo, fazer crescer as centralidades e subcentralidades e olhar para o potencial de crescimento de todas as regiões, a exemplo da cidade de Rosário na Argentina. Finaliza dizendo que não estão trabalhando no modelo do TOD.

José Roberto dos Santos inicia sua resposta considerando a questão colocada muito boa, mas "muito difícil". Diz ser a pergunta boa, pois, ao se falar sobre Zona de Interesse Metropolitano, vislumbra-se uma expansão ou uso futuro de áreas ainda rurais dentro dos municípios, ou ainda sobre propostas de novos usos de uma área urbana. Menciona a recomendação do Ministério do Meio Ambiente, o Zoneamento Ecológico-Econômico costeiro, que orienta o uso do solo, e as ações da Baixada Santista que tomaram como base tal recomendação.

Para ele, a dificuldade da discussão diz respeito às demandas já conhecidas pelo município, as expansões previstas e novos usos do território e que, ao fazer a revisão do Plano Diretor, surge a questão de onde parte a sugestão da área, do perímetro da área e para qual uso. De um lado, quais são as áreas de seu território que se deseja indicar como expansão urbana e de outro, na articulação urbana, quais são as demandas. Menciona o exemplo de Caieiras, que inseriu na revisão do plano diretor Zona de Interesse Metropolitano na área da Companhia Melhoramentos, para a instalação do aeroporto, equipamento de utilidade pública, mas que poderiam ter sido outros tipos de investimentos. Pede ao secretário do Meio Ambiente de Caieiras que cite outros empreendimentos, ao que o senhor **Walfrido** responde citando como demanda uma nova Ceagesp e menciona que não existe o modelo de gestão metropolitana. José Roberto fala que, com compartilhamento de receitas, é possível que este empreendimento seja colocado em Zona de Interesse Metropolitano.

José Roberto pergunta a Walfrido sobre um aterro em Caieiras, ao que este responde que existe uma questão regional relativa aos resíduos: o aterro sanitário Essencis, que atende a 16 municípios e está prestes a se esgotar. Defende que estes municípios pensem no aterro como último destino do lixo, cumprindo assim o que diz a Lei 12.305. Defende o reaproveitamento desses resíduos, o que diminuiria os impactos causados no município.

Ainda com a palavra, José Roberto afirma novamente ser uma questão difícil, uma vez que deve haver consenso entre expansão econômica e preservação. Disse que na Baixada foi mais fácil, pois respeitaram o Projeto Biota Fapesp, o mapeamento territorial e as indicações das áreas ambientalmente sensíveis. Enfatiza a importância das discussões conjuntas e da clareza quanto ao que se quer implantar e as demandas locais.

Cidadão pergunta a José Roberto como será o impacto do aeroporto, grande empreendimento, uma vez que a sub-região está localizada numa área limítrofe com a Serra do Japi.

José Roberto responde citando os exemplos de implantação de uma hidrelétrica, uma refinaria e do rodoanel, que são grandes investimentos, requerem um planejamento por parte do município, monitoramento ambiental, trazem grande impacto, custos durante a sua construção, e que somente depois de construídos passam a gerar benefícios econômicos e sociais, como a geração de empregos, por exemplo. Sugere que os municípios devem pensar o investimento, o perfil, a vocação do município, para onde querem e podem crescer, de que maneira, como é possível maximizar os benefícios econômicos e sociais e minimizar os impactos desse empreendimento. Cita

os exemplos dos perfis econômicos de Cajamar, que são a logística, cosméticos, metal-mecânico, de Franco da Rocha, com suas indústrias antigas, o turismo em Mairiporã, e reafirma a importância de se entender a vocação do município, que ajuda, inclusive, a definir o uso do solo, e pensar na maximização de resultados e diminuição dos impactos.

Com a palavra, **Bonfilio Alves** levanta três questões, objeto da audiência municipal de mobilização de Caieiras: mobilidade, transportes e saneamento. Em relação ao saneamento, tema que consta dos planos diretores dos cinco municípios da sub-região e que depende de uma ação metropolitana, principalmente de investimentos do Governo do Estado, diz respeito à implantação dos parques lineares nas várzeas do Rio Juqueri, a recuperação e aproveitamento urbanístico e ambiental, o que resolveria a questão das enchentes. Outra questão ligada ao saneamento é a questão do lixo e o cumprimento da Lei 12.305. Disse que, para o município de Caieiras, não interessa o modelo atual de enterrar o lixo, mas utilizar a tecnologia para o beneficiamento desses resíduos, o aproveitamento energético. Reforça que os municípios devem juntar forças para mudar essa cultura e que este deve ser um tema a ser incluído no PDUI, assim como os indicadores de progresso e avaliação.

Questões importantes levantadas por **Bonfilio Alves** referem-se ao transporte e à mobilidade e a ligação leste-oeste. Menciona a ampliação da SP-23 com acesso à Anhanguera e Bandeirantes, que ligaria Cajamar e Santana de Parnaíba, e a implantação de um VLT executivo ligando Perus a Pirapora, utilizando para isso a faixa de domínio da ferrovia, tombada pelo Condephaat, podendo estender-se até Barueri, o que facilitaria a mobilidade da população e dos trabalhadores.

Pergunta de um participante para os técnicos: "Como podemos conciliar o desenvolvimento, o crescimento da demanda com empresas na área de logística e o meio ambiente, dado que os 39 municípios, região com alta densidade demográfica, devem seguir políticas públicas e formar parcerias para este desenvolvimento?" Cita o exemplo das enchentes em Franco da Rocha, Mairiporã e Cajamar, que causam prejuízos para a região e para a população, e questiona se esta é uma questão já incorporada no PDUI ou de que forma pode ser incluída no plano metropolitano.

Maria Lucia complementa a questão dos resíduos sólidos colocada por Bonfilio, reforçando que esta é uma questão metropolitana, uma vez que o problema do lixo é comum a todos os municípios, que a lei [12.305] teve sua vigência estendida aos poucos para acabar com os lixões. Reafirma ser esta uma questão que não é fácil, mas que deve ser enfrentada conjuntamente. Disse que a Emplasa já estudou o assunto dos resíduos sólidos, que o consórcio pode ser um instrumento eficiente e que concorda que o tema deva ser discutido com atenção no PDUI.

Com relação à questão colocada pelo participante, Maria Lucia diz ser fundamental. Como mostrou nos mapas, a Região Metropolitana de São Paulo possui um ativo ambiental ainda preservado, mas existe uma série de problemas, como invasões em áreas protegidas, problemas de drenagem urbana, entre outros. Os municípios que têm parte de sua superfície localizada em áreas de preservação ambiental também precisam crescer, se desenvolver, precisam de empregos e de arrecadação. Assim,

segundo ela, essa questão deve ser discutida de forma bastante cuidadosa: o PDUI deve voltar a atenção para esses ativos ambientais e considerar as alternativas, como os parques lineares, os parques metropolitanos e o aproveitamento econômico desses ativos. Disse, ainda, que existem instrumentos para serviços ambientais que podem ser estudados. A questão central é como preservar e ao mesmo tempo proporcionar o desenvolvimento econômico aos municípios. Esta é uma questão que deve ser enfrentada pelo PDUI-RMSP e tentar definir um modelo que possa ser replicado em outras áreas.

Edilaine Batista, da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro São Benedito, pergunta como serão fiscalizados todos os planos colocados e propostos pela sociedade? Como será dirigido e fiscalizado o trabalho que foi distribuído, por exemplo para Cajamar ou Caieiras, ou só será um plano, não terá execução, já que o PDUI não será uma empresa reguladora? Dá como exemplo a questão da mobilidade, a questão da via férrea em Cajamar, a questão do impacto ambiental com relação aos galpões, ao aterramento [de minas] e às enchentes.

Maria Lucia responde que existem problemas que são municipais e outros que são regionais e que o PDUI trata dos regionais. Diz que, apesar de não fazer parte do GT de Transportes, pensa que essa questão para a região norte é fundamental, que certamente tem que haver alternativas, tanto para o deslocamento para o trabalho, como para a ampliação de empregos e atração de serviços para a região. Quanto ao zoneamento do município, disse que, por não ser sua área, prefere não se aprofundar na questão, que não avançaram no PDUI a ponto de entrar no tema de zonas de interesse. Sugeriu que Edilaine fizesse uma proposta e a submetesse na plataforma do PDUI, da forma como ela vê o problema de sua região. Informa que tal proposta será discutida nas oficinas regionais e, posteriormente, nas audiências públicas.

Encerramento

Não havendo mais perguntas, o coordenador da audiência, em nome da Prefeitura de Cajamar, agradece a presença de todos, do vereador Luizão, do vice-presidente da Câmara, do vereador Brandão, dos representantes dos municípios vizinhos, dos diretores das prefeituras, da Isis, da Maria Lucia e Jorge.